



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2024

(Da Sra. Célia Xakriabá)

Apresentação: 02/12/2024 20:40:21.710 - Mesa

RIC n.4424/2024

Solicita informações à Excelentíssimo Ministro de Estado do Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, acerca da certificação de produtos e serviços com menor impacto socioambiental instituída por meio do Programa "Selo Verde Brasil" (Decreto nº 12.063/2024).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, tendo como base a competência do Ministério, disposta no art. 1º do Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023, requeiro à Vossa Excelência que sejam solicitadas à Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços o seguinte pedido de informações:

1. Quais critérios técnicos e ambientais são adotados pelo MDIC para a concessão do Selo Verde Brasil?
2. Quais são os mecanismos de auditoria utilizados para verificar a conformidade das empresas certificadas com as diretrizes estabelecidas pelo Selo Verde?
3. Existem denúncias ou constatações de práticas de greenwashing por parte de empresas que obtiveram a certificação? Em caso positivo, quais providências foram tomadas?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

Apresentação: 02/12/2024 20:40:21.710 - Mesa

RIC n.4424/2024

4. Quantas empresas foram certificadas desde a criação do Selo Verde Brasil, e em quais setores econômicos elas estão concentradas?
5. Há previsão de revisão ou atualização dos critérios do Selo Verde para alinhar-se às melhores práticas internacionais de sustentabilidade?

JUSTIFICAÇÃO

O Selo Verde Brasil surge como uma proposta relevante para fomentar práticas sustentáveis no setor produtivo. No entanto, há crescentes preocupações em torno de certificações ambientais que podem mascarar práticas inadequadas ou insustentáveis, gerando desinformação ao consumidor e prejudicando a credibilidade de iniciativas legítimas. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) aponta, em reportagens recentes, casos de *greenwashing* - ou "maquiagem verde" e "lavagem verde" - nos quais empresas utilizam certificações ou selos ambientais para promover uma imagem ecologicamente responsável sem um compromisso real com a sustentabilidade.

Estudos mostram que práticas de *greenwashing* não apenas comprometem a confiança do consumidor, mas também desviam recursos de projetos efetivamente sustentáveis e dificultam o alcance das metas climáticas globais. O IDEC ressalta a importância de mecanismos de fiscalização mais rigorosos e da adoção de critérios transparentes, fundamentais para impedir que iniciativas como o Selo Verde Brasil sejam utilizadas indevidamente.

Além disso, a proliferação de certificações pouco confiáveis pode desvalorizar práticas sustentáveis de pequenos produtores e comunidades tradicionais, em especial povos indígenas, que frequentemente encontram maiores dificuldades para cumprir exigências burocráticas. É essencial que selos como o Selo Verde Brasil promovam equidade e incentivem cadeias





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

produtivas realmente sustentáveis, com foco em reduzir os impactos socioambientais e apoiar práticas de conservação.

Este requerimento busca contribuir para a transparência dos critérios e mecanismos de controle associados ao Selo Verde Brasil, garantindo que a iniciativa contribua efetivamente para os objetivos de desenvolvimento sustentável. A informação clara e acessível à sociedade é essencial para proteger os interesses dos consumidores e fortalecer políticas públicas responsáveis.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2024.

CÉLIA XAKRIABÁ

PSOL/MG

Apresentação: 02/12/2024 20:40:21.710 - Mesa

RIC n.4424/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247126518300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célia Xakriabá

